RESENHA BIBLIOGRÁFICA

R. A. Amaral Vieira

O REGIME JURÍDICO DA MULHER

Absortos na contemplação do desenvolvimento tecnológico do século, raras vêzes meditamos sôbre o atraso das instituições sociais. Por exemplo, a situação da mulher na sociedade contemporânea. Na era das conquistas espaciais a mulher necessita, ainda, de ter seus direitos reconhecidos e equiparados aos do homem. E não nos estamos a referir ao *status* da mulher nas sociedades orientais, nas quais o primitivismo da organização político-social é agravado por uma série de *tabus* tanto mais injustificáveis quanto derivam de esquemas religiosos caracterizados pelo primitivismo. Mesmo nas sociedades ocidentais, e, particularmente, no Brasil, só há pouco é que a mulher viu estendidos ao seu patrimônio jurídico os direitos civis. Mas, nesse terreno ainda há muito por fazer, particularmente quanto ao regime da mulher casada.

Apesar do passo à frente representado pela Lei n.º 4.121, de 27 de agôsto de 1962, ainda não é possível considerar a mulher brasileira integrada, em igualdade de condições, na sua comunidade. O princípio constitucional da igualdade de direitos entre homens e mulheres está longe e impedir a existência e perpetuação de uma série de restrições e discriminações injustificáveis, seja à luz da ciência, seja à luz da experiência social.

Analisando a situação jurídica da mulher e comentando, artigo por artigo, a Lei n.º 4.121, a Cia. Editôra Forense lançou *Regime Jurídico da Mulher Casada*, de Ruth Bueno. Embora destinado ao manuseio por profissionais, o livro pode ser lido e entendido por leigos.

A *NOVA* HUNGRIA: UMA REFORMA SILENCIOSA

Da editôra Paralelo recebemos um pequeno e precioso livro, *A Reforma Silenciosa*, análise da *nova* economia da Hungria, em transformação. O livro compõe-se de dois textos autônomos: a) entrevista de Rezso Nyers e b) uma análise dos primeiros resultados do plano qüinqüenal, intitulada O Problema da Expansão da Reforma Econômica, assinada por Joseph Bálint. Os dois estudos são apresentados ao leitor brasileiro pelo adido de imprensa da embaixada magiar em nosso país, jornalista e diplomata Roberter Lederer.

A Reforma Silenciosa consegue apresentar num estudo claro, sucinto, direto, mas nem por isso vulgar, a Hungria em transição, fornecendo elementos para a análise dos estudiosos e críticos, economistas ou políticos interessados em acompanhar e compreender as experiências em curso no velho continente. O estudo, afora útil, é de extrema conveniência. Depois do fracasso da tentativa tcheca — fracasso cujas determinantes não nos cabe analisar nesta oportunidade — caiu sôbre os que no Ocidente acompanham o desenvolvimento do socialismo no leste europeu e no mundo a certeza de que, malgrado o sucesso da co-gestão iuguslava, não restaria aos países do leste europeu outro caminho senão repetir o processo soviético. A experiência húngara, infelizmente ainda pouco conhecida dos brasileiros, mesmo entre os especialistas — vem desmentir aquela primeira conclusão. É possível um caminho próprio (ditado pela realidade histórico-cultural) e a Hungria o está perseguindo, com inegável sucesso econômico.

Da atual experiência húngara muito dependerá a heterodoxia marxista iugoslava e romena e, por sem dúvida, o fortelecimento dêsses sistemas possibilitará tentativas igualmente ricas e renovadoras em países sedentos de modernização como a Polônia e a Bulgária.

Ainda da leitura de *A Reforma Silenciosa* resulta uma outra conclusão: a Hungria de hoje é um país que estuda e lê e isso talvez encerre alguma lição aos teóricos do nosso desenvolvimento. Senão, vejamos: com uma população de apenas (êsse *apenas* se coloca em vista da população brasileira atual) dez milhões de habitantes, a Hungria possui um milhão, setecentos e sessenta e oito mil estudantes, dos quais oitenta e seis mil entre universitários; em 1968 foram editados 86,6 milhões de publicações, das quais 48 milhões foram de livros (entre 1955 e 56 as obras de Stendhal alcançaram 808 mil exemplares, as de Tolstoi 701 mil e as de Hemingway 654); os três maiores jornais húngaros atingem edições diárias de cêrca de um milhão e quinhentos mil exemplares... Em fins de 1969, quando começou a funcionar sistemàticamente a televisão colorida, existiam em todo o país um milhão e

oitocentos mil televisores, ou seja, 1 pessoa em cada seis, uma família em cada duas, possuía aparelho de televisão em casa.

REVISTA MEXICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA

Chega-nos, infelizmente com bastante atraso (da remessa? da circulação?), a excelente *Revista Mexicana de Ciencia Política* (número 60, relativo a abril/junho de 1970), editada pela Facultad de Ciencias Políticas Y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de Mexico. Do referido número destacamos: Aspectos administrativos de los planos de desarrollo (Alfredo Castillo Rojas), La burocracia (José Luis Tónix Rodríguez), La administración de recursos materiales en el sector público (Edgardo R. Villasana Rivero) e Discusiones sobre administración pública y política (Mario Martínez Silva).

Os interessados em outros detalhes (assinaturas, números avulsos etc.), devem escrever para Universidad Nacional Autónoma de Mexico, Ciudad Universitaria, Mexico 20, D.F.

ESTUDOS DE COMUNIDADE

A editôra Cultrix lançou *Organização e Desenvolvimento de Comunidade* (trabalhos práticos), conjunto de relatórios na área de serviço social de comunidade selecionados por Caroline F. Ware, da Universidade de Harvard. A obra agora lançada em língua portuguêsa foi originàriamente editada pelo Departamento de Assuntos Sociais da União Pan-Americana. Destina-se especìficamente a assistentes sociais, alunos e professôres das escolas de serviço social e e outro profissionais empenhados em programas de organização e desenvolvimento de comunidade.

A grande maioria dos trabalhos coletados desenvolveu-se em países latino-americanos (Brasil, Peru, Colômbia e Pôrto Rico) o que valoriza entre nós a obra, principalmente quando é sabido que a bibliografia de serviço social é predominada por textos em inglês, as poucas traduções brasileiras refletindo experiências em sociedades (Estados Unidos e Europa) cujo estágio de desenvolvimento se distancia, em muito, do nosso. Se é impositivo do adestramento em serviço social a íntima dependência entre o estudo teórico e a aplicação prática, é fácil de concluir que só se terá uma teoria formulada corretamente e capaz de sustentar novos estágios do trabalho teórico na medida que se procurar enfrentar a realidade prática com objetividade.

Limitando-se à seleção dos relatórios, é uma pena que a coordenadora da coletânea tenha deixado passar em branco essa excelente oportunidade de teorização, numa ciência (?) tão pobre em abstração. Essa deficiência, todavia, não anula o livro, que permanece válido pelas

diversas experiências que reúne e põe ao alcance da análise do técnico brasileiro.

MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA

Nos seus quase 70 anos de intensa atividade editorial, a cia. editôra Forense se fêz responsável por algumas das principais conquistas da cultura jurídica do País. A fundamental — segundo entendemos — terá sido a *nacionalização* do livro jurídico.

Por *nacionalização* do livro de direito (didático) queremos denominar o vitorioso esfôrço visando dotar o País de uma bibliografia não apenas própria mas, também, à altura de nosso desenvolvimento cultural. Relegando a segundo plano os maciços e quase sempre maçantes textos estrangeiros, principalmente italianos e franceses, pôs-se a campo a editôra à procura do autor brasileiro, a quem concedia um crédito de confiança, bem correspondido, ressalte-se.

Hoje, a literatura jurídica brasileira pode ser comparada às dos países mais desenvolvidos e de maior tradição cultural.

Em um ponto, todavia, sente-se, ainda, alguma deficiência, especialmente de compêndios didáticos. Trata-se do ensino de economia política, cadeira que se tem ressentido de bons manuais, principalmente nas faculdades de Direito. Em regra, professôres e alunos são obrigados ao uso de textos estrangeiros, sempre que se decidem a melhorar o nível do ensino e da aprendizagem. Em que pêse constituírem, na sua maior parte, obras de alto valor científico e às vêzes bem vertidas para o nosso idioma, trazem, contudo, a insuficiência básica dos textos americanos e europeus: o insuprível desconhecimento de nossa terra e de nossa economia.

A *alienação* do ensino é em muito casos conseqüência do desconhecimento da realidade brasileira. Alunos e professôres ficam a repetir lições de manuais escritos tendo como base, por exemplo, a economia robusta das nações desenvolvidas, sem a menor possibilidade de refletirem sôbre a nossa realidade. Daí a figura comum do *erudito* a repisar teoria e regras gerais construídas sem adequação com a realidade em que deveria estar inserida, tornando lamentàvelmente rara a existência dos *cultos*, aquêles que trazem a teoria para a prática, sempre em condições de enfrentar e solucionar situações novas.

A educação — e o ensino de cadeira básica como economia política está a evidenciar — é hoje, mais do que nunca, um reflexo da realidade brasileira, e, para que seja válida, deve atender a essa realidade, condicionada que está por ela. Se, em um primeiro plano, a educação está condicionada pelo meio, refletindo seu nível tanto econômico como cultural, em um segundo estágio sua visão é de crítica; a ciência que

reflete a realidade tem condições de intervir nessa realidade, melhorando-a. No nosso caso, afastando os óbices ao desenvolvimento. Por exemplo: o conhecimento dessa realidade (brasileira) determinou em nós a consciência do subdesenvolvimento (atitude crítica); a oposição ao ufanismo sem fundamento implicaria numa tomada de posição (atitude prática), a luta pelo desenvolvimento representada, no campo cultural, pela formulação de uma educação para o desenvolvimento.

O antigo ensino *alienado* cede lugar à educação participante, ou seja, integrada no quadro dos objetivos fundamentais na nacionalidade.

Dentro dêsse contexto está o *Manual de Economia Política*, do prof. Carlos Galves, cuja terceira edição recebeu o patrocínio da Forense.

Afora integrar-se dentro da realidade cultural brasileira, o livro do professor gaúcho tem ainda o mérito de contribuir para a melhoria do ensino jurídico. Embora se destine, também, aos cursos das faculdades de ciências econômicas e afins, por cujos professôres pode e deve ser adotado, êsse *manual* oferece um atrativo nôvo aos estudiosos de economia. Como se vê de seu índice analítico, a obra se limita à exposição dos temas da economia política, deixando ao aluno ou ao professor a missão de, adiante, proceder ao relacionamento do texto com o ensino jurídico pròpriamente dito. Ao fim de cada capítulo encontra o leitor a necessária ligação das noções de economia com o Direito legiferado.

Com essas observações queremos significar que, pela primeira vez, é elaborado no Brasil um manual de economia política especialmente dedicado aos estudantes de Direito, embora, repitamos, tenha, também, todos os requisitos necessários à sua adoção nas escolas de Ciências Econômicas. Êsse propósito amplamente alcançado, o autor deixou claro na abertura da obra:

O intuito dêsse manual é duplo. Primeiro, colocar ao fácil alcance dos que se iniciam as noções da ciência em sua textura contemporânea, tal como circula em obras recentes, cujo elenco resumido vem indicado na bibliografia final. Segundo, relacionar essas noções com nosso Direito positivo. Sôbre o primeiro aspecto, o manual pretende atender à conveniência de todos os que desejam obter uma visão inicial dos problemas econômicos. Sôbre o segundo, pretende prestar-se ao uso dos estudantes das faculdades de Direito e das faculdades e Ciência Econômica.

CUSTOS: PRINCÍPIOS, CÁLCULOS E CONTABILIZAÇÃO

A Funação Getúlio Vargas lançou *Custos, princípios cálculos e contabilização*, de Américo M. Florentino, de quem já editara *Teoria e Análise Contábil* e *Classificação de patrimônio para uma análise econômica dos balanços das emprêsas.*

Custos, agora em 3.ª edição (15 mil exemplares em cinco anos é raridade no Brasil, tratando-se de livro técnico), caracteriza-se pela elementaridade do texto; mais teórico do que prático, abarca o problema dos custos em sua generalização, daí, por certo, o sucesso alcançado nos cursos de especialização e, mesmo, junto de empresários dirigentes e auditores. Sua objetividade na esquematização e conceituação evidenciam tratamento didático. Por tôdas essas razões é um dos poucos compêndios que embora destinados ao ensino de uma técnica, pode ser lido pelo leigo. Talvez eu pudesse avançar um pouco mais, dizendo que sua vantagem fundamental, sôbre os demais livros igualmente bons, é a de poder constituir-se num instrumento de aprendizado pelo leigo ou mal-iniciado, quer nos princípios da contabilidade, quer nas complicadas apurações de custo.

Bônus da UNESCO

Facilidades especiais para importações, sem saída de divisas nacionais.

Livros, revistas, materiais científicos e audiovisuais são obtidos através dos bônus da UNESCO.

Os bônus são utilizados também para pagamentos de sociedades científicas e culturais, e de direitos autorais. Atendem-se pedidos de bônus por correspondência.

Informações: Praia de Botafogo, 188, Caixa Postal 21.120 Rio — GB — ZC-05.